



AUTÁRQUICAS 2021

DAR VOZ AO PLANETA EM BRAGA

DIA 26 DE SETEMBRO, VOTA PAN

PROGRAMA ELEITORAL



INTRODUÇÃO

A candidatura do PAN em Braga representa um avanço ideológico da política local, sendo a primeira com valores ambientalistas, progressistas e de bem-estar animal, valores estes que fazem falta a Braga!

Para além disto, a nossa visão é também disruptiva na área da educação, com a aposta no desenvolvimento dos alunos enquanto humanos e cidadãos e não como máquinas de decorar. Na área da economia, com uma visão ecocentrista que não alinha no crescimento infinito à custa da exploração de recursos finitos, de pessoas e de animais. Na saúde, onde o foco da ação deverá ser a prevenção da doença. E ainda na transparência e incentivo à participação dos cidadãos na democracia, pois os políticos não podem ouvir a população apenas de 4 em 4 anos.

Ao longo dos últimos anos o PAN tem estado a trabalhar de forma incansável por um concelho melhor, reunindo com associações e movimentos, apresentando dezenas de propostas e enviando cerca de 140 questões para a Câmara Municipal. Tudo isto graças ao trabalho dos nossos ativistas políticos e sem representação na Assembleia Municipal. Imagina o que poderemos fazer com a tua confiança, com o teu voto!

Assumimos como bandeiras da nossa candidatura o Ambiente, a Mobilidade e a Educação, mas este programa vai muito além e promove um futuro próspero para o concelho em todas as áreas: Bem-estar Animal; Administração Municipal, Transparência e Combate à Corrupção; Direitos Sociais; Cultura; Economia; e Segurança Pública.

Este programa não esgota a visão do PAN para o concelho, deverá sim, servir como um guia para os cidadãos do caminho realista que queremos construir ao longo dos próximos 4 anos na Assembleia Municipal. Sem propostas populistas, eleitoralistas ou de execução impossível neste ciclo eleitoral.

Juntos vamos Dar Voz ao Planeta em Braga🌍!

ÍNDICE



3

ACÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTE

7



MOBILIDADE

12

HABITAÇÃO E URBANISMO



18

**SAÚDE, BEM-ESTAR E
REALIZAÇÃO PESSOAL**

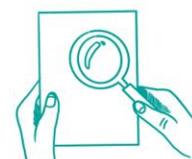
14

EDUCAÇÃO E CULTURA



20

DIREITOS SOCIAIS



22

ANIMAL



24

**ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,
CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

28

TRANSIÇÃO ECONÓMICA



ALTAÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTE

Seis anos e quatro meses a partir das eleições autárquicas. Este é considerado o ponto de não retorno em relação às alterações climáticas. A partir daqui, os delicados equilíbrios terrestres entram em colapso, envolvendo-nos numa espiral catastrófica com fenómenos climatéricos agressivos e imprevisíveis, dos incêndios às cheias, das vagas de calor às tempestades. Será cada vez mais difícil produzir alimentos e iremos assistir a uma crise de refugiados sem precedentes, com cada vez mais zonas do planeta a tornarem-se inabitáveis.

Mas ainda vamos a tempo! Se cada país, cada Câmara Municipal e Junta de Freguesia assumirem as suas responsabilidades em matéria ambiental, aplicando a máxima, “Pensar Global, Agir Local”, conseguiremos fazer frente à maior batalha que a humanidade já atravessou.

Assim, sob pena das consequências serem ainda mais gravosas, como o incêndio de 2017 na Encosta da Falperra, o aumento da poluição do ar e a constante negligência dos recursos hídricos da cidade, é urgente começarmos o planeamento da mitigação dos efeitos das alterações climáticas em Braga.

Apesar de tudo isto, apenas 1,8% do valor total do orçamento é dedicado ao ambiente, o segundo valor mais baixo no distrito, algo que é incompatível com a emergência climática.

Por isso, o PAN Braga apresenta as seguintes propostas para a área ambiental:

RELATÓRIOS E OBJETIVOS

- Elaborar um estudo sobre a pegada ecológica dos municípios e da biocapacidade do concelho, incluindo os dados no relatório anual de sustentabilidade de Braga;
- Garantir um compromisso do Município no sentido de assumir como uma das suas prioridades tornar-se um Município neutro em carbono e pegada ecológica/biocapacidade até 2030;
- Publicar um atlas de risco das alterações climáticas, a nível municipal, que evidencie todos os riscos climáticos e elaborar um plano de adaptação às mesmas;
- Colocar sensores atmosféricos em diversos pontos da cidade, tendo como prioridade as zonas com maior densidade populacional e rodoviária, e disponibilizar à população, em tempo real, informação sobre os níveis de poluição atmosférica atualizados, através dos meios de divulgação municipal;
- Criar um *hub* de tecnologias verdes no concelho em parceria com as instituições de ensino, investigação, privados e InvestBraga;

- Estabelecer como critério número um de investimento por parte da InvestBraga, a sustentabilidade ambiental;
- Estabelecer como regra a não declaração do interesse público de projetos quando esta tem como um dos objetivos a isenção de estudos de impacto ambiental;
- Reconhecer a Emergência Climática e aderir ao Pacto Verde C40;
- Aderir ao EBRD Green Cities;
- Aderir à rede das cidades protetoras da terra;
- Certificação Green Destination;
- Apresentar candidatura à European Green City.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

- Incentivar a micro-produção e armazenamento de energias renováveis, com a criação de um pacote municipal de apoio à micro-produção de energias;
- Criar cooperativas de produção de energias renováveis nos parques industriais;
- Criar um balcão de informação municipal sobre soluções específicas para a microgeração, organização e apoio às comunidades energéticas;
- Elaborar e implementar uma Estratégia Local para a Eficiência Energética;
- Integrar sistemas solares térmicos e fotovoltaicos nos equipamentos do Município nomeadamente escolas, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros ou piscinas, bem como nos edifícios da BragaHabit;
- Estender o projecto BUILD a toda a área do concelho, de forma a reduzir as emissões de gases com efeito estufa e a intensidade carbónica na cidade;
- Criar uma bolsa de apoio à compra de painéis fotovoltaicos e solares, tendo em conta critérios de vulnerabilidade financeira;
- Criar uma bolsa para o apoio à melhoria da eficiência térmica das habitações.

ESPAÇOS VERDES E ARVOREDO URBANO

- Desenvolver, em articulação com o Plano Diretor Municipal, um Plano de Infraestrutura Verde Urbana;
- Criar zonas verdes de proximidade em todas as freguesias urbanas;
- Elaborar e cumprir um Plano de Ação Local para a Biodiversidade, considerando os objetivos definidos pela Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030;

- Elaborar um plano estratégico específico para a preservação dos polinizadores, incluindo a comunidade escolar nestas actividades;
- Executar corredores ecológicos, devendo o seu planeamento ser considerado em todas as áreas da cidade;
- Criar “telhados verdes” nos edifícios (quando possível) e incentivar os munícipes na criação de coberturas/telhados e fachadas verdes (jardins verticais);
- Criar um regulamento municipal de proteção do arvoredo;
- Aumentar o número de árvores candidatas a arvoredo de interesse público, de forma a dar a conhecê-las, salvaguardá-las e conservá-las;
- Alargar actividades como a “Reflorestar Braga” a todos os munícipes e complementar esta com a realização de eventos periódicos de acompanhamento;
- Eleger a “árvore do ano da cidade de Braga” no Dia Mundial da Árvore através da uma votação dos munícipes.

RESÍDUOS E ECONOMIA CIRCULAR

- Criar um plano para remunicipalizar a AGERE;
- Criar um ecocentro na zona sul do concelho;
- Criar pontos de deposição de resíduos de construção e demolição, assegurando o seu adequado tratamento e fiscalização;
- Desenvolver estudos e implementar projetos-piloto de sistema PAYT (*Pay-as-you-throw*) na recolha de resíduos urbanos;
- Elaborar e implementar uma Estratégia Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, que identifique as origens do desperdício alimentar no Município e soluções para a sua eliminação e aproveitamento;
- Criar uma rede de partilha dos excedentes agrícolas com vista a reduzir o desperdício alimentar, promover o sentido de comunidade e apoiar pessoas economicamente mais vulneráveis;
- Criar uma bolsa municipal de produtos reciclados prontos a serem de novo utilizados para a produção fabril e de fácil acesso à indústria;
- Criar um serviço municipal de compostagem, responsável pela implementação de centros de compostagem em diversos locais do Município, nomeadamente nas hortas comunitárias, nas escolas, nas urbanizações;
- Garantir a oferta de compostores aos munícipes, formação para o efeito e instalação de compostores comunitários e investir na recolha seletiva porta-a-porta;

- Reforçar e distribuir Ecopontos em zonas urbanas e implantar, sensibilizar e educar para a sua utilização em zonas rurais;
- Recolher com maior frequência, ou com outro planeamento de rotas/horários, os vários tipos de resíduos nos ecopontos, evitando as atuais situações de insalubridade;
- Colocar pontos de recolha de óleos alimentares usados junto aos ecopontos, com reutilização de embalagens e premiação/incentivos através de vouchers de comércio local ou transportes públicos, e uma campanha informativa;
- Instalar placas informativas dos serviços “extra” da E.M AGERE (ex: recolha de monstros), bem como dicas de boas práticas de reciclagem, em todos os locais com ecopontos;
- Substituir as embalagens de serviço de plástico (garrafas, copos, talheres e pratos) em toda a administração pública;
- Apoiar o desenvolvimento de projetos do tipo ‘Repair Café’, com vista a promover a reparação de equipamentos;
- Criar o “Braga Repara”, um evento público onde pessoas com objetos para consertar encontram voluntários ou por modestas quantias, de várias áreas, dispostos a ajudá-las;
- Criar a “Braga Switch”, uma feira mensal ou em mudanças de estação, que consiste na troca de roupa em vez da compra;
- Criar uma bolsa de objetos usados, reparados por voluntários ou em parceria com o comércio local para que possam ser cedidos a pessoas em situação económica vulnerável;
- Organização de um evento de *Plogging* Anual que combine a corrida com o apanhar de resíduos na via pública;
- Assegurar o efetivo cumprimento da Lei das Beatas no concelho, dotando o Município de mais cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco, complementando com acções de educação e sensibilização;
- Acelerar a desindexação da tarifa de resíduos ao consumo de água.

DESPOLUIÇÃO DOS RIOS

- Criar uma equipa multidisciplinar para a sensibilização, prevenção, manutenção e fiscalização dos cursos de água, incluindo protectores dos meios hídricos (“guarda-rios”) complementarmente aos vigilantes da natureza;
- Em simultâneo, criar um programa de recuperação dos curso de água que assegure, designadamente, a colocação/reparação de redes de drenagem e de guias telescópicas nas ribeiras do Município por forma a diminuir as descargas ilegais e a poluição;

- Realizar o cadastro pluvial conjuntamente com a APA e através de investigadores e parceiros desenvolver um sistema de monitorização, rastreio e filtragem;
- Publicar um relatório anual sobre o estado dos meios hídricos, que inclui as análises, os controlos, ações, denúncias, penalizações, evolução da qualidade da água e biodiversidade, incluindo os valores das análises das ETAR's;
- Pugnar junto da APA e Ministério do Ambiente, pela fiscalização do funcionamento dos aproveitamentos Hidroelétricos de Ruães e Palmeira, bem como pela transparência no contrato de concessão.

AGRICULTURA E FLORESTAS

- Assumir o compromisso pela não utilização de glifosato, declarando o território como "Autarquia Sem Glifosato e outras aplicações generalizadas de herbicidas programadas", privilegiando soluções mais naturais;
- Promover uma rede de hortas urbanas, assegurando:
 - Elaborar um Regulamento Municipal de Hortas Urbanas e Comunitárias;
 - Criar hortas nas escolas, sob gestão co-partilhada;
 - Regularizar as pequenas hortas e produções individuais já existentes;
 - Atribuir os talhões das hortas urbanas a grupos organizados (coletividades, associações, grupos de cidadãos/ãos, ou outras entidades como lares, casas de repouso, escolas);
 - Promover campanhas de formação técnica e de sensibilização no sentido de as hortas passarem a ser de produção com princípios regenerativos;
 - Criar “pomares urbano”, onde se promove a plantação de árvores frutíferas e colheita gratuita em áreas públicas como parques ou praças;
- Garantir a não-isenção de taxas municipais para as atividades pecuárias intensivas;
- Divulgar o número de produtores/explorações, quantidade média de animais criados, abatidos e comercializados por ano, no Município;
- Promover a criação de uma Feira de Produtos Biológicos e a granel no centro da cidade, podendo ser dinamizada através de workshops de alimentação saudável, hortas domésticas e urbanas, actividades para a saúde física e mental, ou a “fruta feia”;
- Criar um programa municipal de incentivo à transformação da floresta que fomente a substituição de espécies invasoras, espontâneas ou plantadas pelo ser humano num registo de monocultura, por espécies autóctones e mais resistentes aos incêndios florestais, no seguimento da transição da floresta municipal;

- Efetivar os trabalhos de cadastro florestal, contribuindo ativamente para a sua prossecução e conclusão;
- Promover a existência de agro-florestas/policulturas, através da maximização das parcelas e da aposta em espécies autóctones;
- Adotar as UAPIFEHS (Unidades de Apoio à Prevenção de Incêndios Florestais e Erosão Hídrica de Solos);
- Desenvolver projetos de envolvimento da população e empresas em ações de prevenção e proteção de incêndios florestais;
- Terminar com o corte de vegetação espontânea em épocas críticas para a biodiversidade.

MOBILIDADE

É preciso repensar o concelho, redesenhar a cidade.

Na mobilidade, Braga continua a ser planeada à medida do automóvel. Nos últimos anos, e ao contrário de outras cidades, a poluição do ar continuou a aumentar, segundo o Relatório de Sustentabilidade Municipal, cerca de 17%.

Com a falta de aposta na mobilidade suave com a construção de ciclovias, na mobilidade pedonal com a humanização da cidade e nos transportes públicos, com aumento das linhas, não nos surpreende que a qualidade do ar tenha piorado e os engarrafamentos sejam cada vez maiores.

A priorização do automóvel também faz com que os peões sejam vistos como secundários. O concelho continua em incumprimento no que toca à remoção das passagens aéreas. São inúmeros os relatos de falta de passadeiras, passadeiras mal sinalizadas ou desvanecidas.

Também a sinistralidade rodoviária é avassaladora. De salientar os números de atropelamentos no concelho, 1 a cada 3 dias, um dos valores mais altos do país.

SEGURANÇA RODOVIÁRIA

- Adotar a Visão Zero Atropelamentos ao nível Municipal;
- Desenvolver projectos de Sensibilização Educativa, em parceria com a ANSR, para os jovens desde o 1º ciclo ao Secundário;
- Reforçar a segurança nas vias de circulação com maior índice de sinistralidade;
- Colocar proteções nos separadores centrais da Variante Sul de Braga, nos troços da Av. Miguel Torga até à Av. Pe. Júlio Fragata (em frente ao Braga Parque), e na Av.

General Carrilho e Pinto (Variante do Fojo), conservando os arbustos existentes até à realização de uma reestruturação da via para a mobilidade suave e transporte público;

- Proceder à sobreelevação de todas as passadeiras na zona densa e plana da cidade;
- Colocar dissuasores de excesso de velocidade (radares visíveis fixos) nas vias com maior sinistralidade e entradas da cidade;
- Melhorar a sinalização nas travessias de peões (passadeiras), garantindo iluminação noturna e refletores no pavimento; nomeadamente nas passadeiras desniveladas por lombas;
- Criar uma base de dados georreferenciada com os dados da sinistralidade;
- Calendarizar limpezas periódicas de grelhas pluviais e bueiros de forma a evitar entupimentos e acumulação de água nas vias rodoviárias em época de chuvas, evitando desta forma os acidentes por “aquaplaning”.

DESPOLUIR A MOBILIDADE

- Fortalecer as redes de transportes públicos, estruturando-as ao nível supra municipal;
- Estudar o reforço dos transportes públicos existentes, de forma a dotar todo o concelho de uma rede de transportes públicos com cobertura em toda a sua extensão;
- Melhorar as condições das paragens de autocarro;
- Restaurar a estação rodoviária;
- Optimizar a rede de transportes públicos e alargar e flexibilizar os horários principalmente os pós-laborais nas linhas mais utilizadas, garantindo o acesso às escolas, hospitais, serviços públicos relevantes e zonas industriais;
- Renovar de forma sistemática a frota a gasóleo e substituí-la por frota elétrica;
- Ampliar as faixas BUS e segregar os troços principais de modo a que o tráfego particular não afete o desempenho e eficácia do transporte coletivo;
- Pugnar pela gratuidade dos TUB para todos os estudantes, incluindo universitários e reformados, até 2024;
- Alargar a rede de Ciclovias existentes e criação de novas Ciclovias nas principais Avenidas (e ruas com sobrelargura) da cidade;
- Elaborar um “Walking and Cycling Master Plan”, dotado de orçamento e calendarização própria, que permita acompanhar, gerir e executar a implementação de políticas de mobilidade ativa;
- Criar parques de estacionamento com pagamento integrado nos passes de transporte, nas principais vias de acesso à cidade e junto a terminais multimodais;

- Estender as vias urbanas com velocidade máxima permitida de 30 km/h;
- Estender as zonas de estacionamento com parquímetro para dissuadir a entrada e permanência de automóveis na cidade;
- Criar a modalidade de estacionamento de dístico de residente para os moradores do centro da cidade;
- Incentivar a substituição dos táxis a combustão por veículos eléctricos;
- Substituir a frota municipal e de empresas municipais por veículos eléctricos e apostar na mobilidade suave sempre que possível;
- Avaliar a possibilidade de definir e implementar zonas de exclusão de veículos mais poluentes;
- Proceder ao alargamento e atualização tecnológica dos postos de carregamento eléctricos públicos, através da adaptação para fichas normalizadas e comuns a toda a UE;
- Incentivar a partilha de viaturas entre particulares, recorrendo a parcerias com universidades e associações empresariais, chamando a si a coordenação, o planeamento, implementação e gestão de sistemas de transportes partilhados;
- Criar um sistema de bicicletas partilhadas;
- Criar incentivos para empresas ou particulares para adquirir bicicletas eléctricas para os seus funcionários ou para uso próprio;
- Integrar a rede de ciclovias na restante rede de meios de transportes na cidade, criando um plano intermodal, que integre transportes públicos, bicicletas, automóveis e estacionamentos;
- Implementar um programa de incentivo financeiro à utilização da bicicleta (pagamento de X por km pedalado, com um tecto máximo por pessoa e sendo evidenciado com recurso a aplicativo móvel);
- Aumentar o número de bicicletas ao serviço das forças de segurança da cidade (PSP, GNR e Polícia Municipal), privilegiando o uso destas no centro da cidade e em ações de patrulha turística;
- Evitar as ciclovias em cima dos passeios e promover a criação destas, integradas no meio envolvente, especialmente em zonas arbóreas;
- Aumentar o número de lugares de estacionamento para bicicletas, adotando para isso infraestruturas mais adequadas, para cerca de 5000, que corresponde a 10% dos lugares atualmente existentes para automóveis;
- Incentivar aos postos de reparação e manutenção de bicicletas, assim como workshops;
- Criar programas de iniciação ao ciclismo tanto por crianças como adultos;

- Criar um “banco de bicicletas”, para doação de bicicletas que não se usem ou a necessitar de reparação, sendo depois cedidas aos munícipes através de caução;
- Replicar o "ciclo expresso" onde um grupo de crianças vão para a escola de bicicleta, acompanhadas por monitores, tendo um percurso e horário definido;
- Colocar contadores de Peões e Bicicletas em várias zonas da cidade.

ACESSIBILIDADES

- Alterar o Regulamento da Sinalização da Zona Pedonal por forma a tornar a mesma uma Zona de Coexistência;
- Eliminar as passagens aéreas para peões;
- Promover um levantamento das situações de falta de ligação pedonal entre áreas/zonas da cidade;
- Garantir a continuidade dos passeios, eliminando os “vazios” nos percursos pedonais, com especial incidência nas zonas rurais, ligações entre zonas da cidade e junto das grandes infraestruturas;
- Manter/reparar os bebedouros existentes e instalar novos na cidade com condições de acessibilidade para cidadãos portadores de deficiência e duplo nivelamento para poderem ser utilizados por animais;
- Criar instalações sanitárias públicas em mais locais do concelho para melhoria das condições de fruição da cidade;
- Eliminar as barreiras arquitetónicas que persistem na cidade, que dificultam a inclusão, inviabilizam o acesso aos transportes públicos e uma cidadania ativa e garantir que os passeios tenham largura e condições suficientes para a deslocação de forma autónoma;
- Garantir o efetivo cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, que aprova o regime da acessibilidade, na criação de percursos para mobilidade reduzida em todo o concelho, criando uma estratégia de acessibilidades;
- Disponibilizar informação atualizada sobre as viagens e o funcionamento dos acessos, incluindo em braile para as pessoas com deficiência visual;
- A alteração no Código Regulamentar de Braga de forma a possibilitar a autorização e sinalização de lugares de estacionamento privativo para pessoas com deficiência junto da respetiva residência e/ou local de trabalho, através da inclusão de painel adicional à sinalização vertical com a matrícula do veículo do requerente;
- Isentar os lugares de estacionamento do pagamento das taxas para cidadão portadores de deficiência, e que seja contemplado no regulamento municipal;

- Estabelecer mecanismos para garantir a participação pública nas ações do Município com impacto na mobilidade urbana, com acompanhamento das diversas etapas dos processos de planeamento e gestão quotidiana do Município;
- Proceder à semaforização das Avenidas António Macedo, Padre Júlio Fragata e Frei Bartolomeu dos Mártires para criação de “pelotões” que permitam efetuar atravessamentos de nível para peões e bicicletas ao longo da mesma, nomeadamente o atravessamento que permite religar a Rua Nova de Santa Cruz e ligar a Universidade ao Centro da Cidade.

HABITAÇÃO E URBANISMO

Ao longo dos últimos anos, a habitação tornou-se num dos maiores problemas para os bracarenses e para aqueles que querem fixar-se na cidade. Registou-se um aumento dos preços das rendas e dos imóveis de modo desproporcional ao aumento dos salários, e a habitação causa agora grandes constrangimentos financeiros e à qualidade de vida dos cidadãos, que se vêem obrigados a deslocalizar para concelhos vizinhos, viver em casa de familiares ou em casas com condições menos dignas.

No entanto, a política nesta área tem sido simples, ignorar o problema e esperar que o mercado o resolva. Precisamos de mais programas de apoio à habitação acessível, criação de mais habitações com renda controlada e de construir residências universitárias.

Mas tudo isto deve ser pensado com base num novo paradigma do urbanismo. O planeamento, ou falta deste, tem passado pelo crescimento e construção sem visão de longo prazo. Faltam zonas verdes por toda a cidade. As grandes urbanizações estão ao lado das principais vias rodoviárias, levando a uma exposição constante à poluição do ar e ruído. Para além disto, não há um planeamento de estruturas de proximidade vendo-se os cidadãos forçados a ir de automóvel a todo o lado.

Queremos construir uma cidade viva, com corredores verdes e estruturas de proximidade, preparada para mitigar as alterações climáticas, com um planeamento que promova a saúde física e mental.

- Até 2024, atingir a média nacional de 2% de habitação pública;
- Agravar a taxa de IMI atual em 10% ao ano para habitações vazias e devolutas;
- Criar um programa municipal de apoio à recuperação de imóveis devolutos e vazios para arrendamento acessível;
- Criar habitações de renda acessível de forma dispersa pelo concelho e não “bairros sociais” que segregam a população;

- Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Utilizar a taxa turística para apoio à habitação jovem;
- Criar um programa municipal de incentivo ao arrendamento destinado aos proprietários de alojamento local que pretendam colocar os seus imóveis no mercado de arrendamento de média e longa duração;
- Criar bolsas específicas a atribuir a entidades públicas ou privadas que tenham programas de apoio e proteção a pessoas especialmente vulneráveis;
- Criar um conjunto de respostas habitacionais para pessoas idosas quando já não seja possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência, com a possibilidade de manterem consigo o seu animal de companhia, seguindo diversos modelos, com funcionamento assegurado por protocolos com IPSS ou outras instituições, como por exemplo:
 - “Repúblicas”, modelo que já foi experimentado noutros países, como no Brasil e em Espanha, onde as/os residentes têm total liberdade de movimentos, podendo partilhar as tarefas entre si ou ter apoio externo;
 - Residências com tipologia T1, com serviço de apoio permanente e assistência;
 - Unidades residenciais assistidas para pessoas idosas que necessitem de alojamento temporário assistido, para curtos períodos de tempo,;
 - Novos modelos de lares, nomeadamente integrados com a natureza e jardins de infância/escolas primárias promovendo a integração intergeracional e/ou aldeias sociais;
- Disponibilizar de forma acessível os dados de todos os centros de dia e residências, usando todos os canais de comunicação à disposição do Município;
- Criar uma bolsa municipal de vagas nos lares de terceira idade;
- Remover o amianto de todos edifícios públicos até ao final de 2022;
- Criar cooperativas de habitação;
- Criar o balcão e plataforma municipal de habitação;
- Estudar a possível deslocalização do Tanatório de Braga;
- Pugnar pela redução do ruído no Parque Industrial de Pitancinhos, Palmeira e instalar medidores de som, publicando os dados;

O PAN preconiza um modelo educativo com base na abordagem da *whole-school approach*, onde a aprendizagem e o desenvolvimento comungam através da integração de todas as atividades letivas e não letivas, sustentadas no tempo, promotoras de inclusão e envolvimento ativo dos estudantes, integrada em modelos escolares democráticos, onde a formação profissional contínua é valorizada e se estabelecem pontes de comunicação sólidas com a comunidade envolvente. O conhecimento aprofundado da realidade envolvente concretiza e contextualiza as aprendizagens.

O PAN considera que os Municípios devem ser promotores de Educação para a Cidadania, imprescindível para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.

Com a transferência de competências administrativas, as Autarquias têm uma oportunidade única para fazer mais e melhor pelas nossas crianças. Criar melhores infraestruturas, com espaços verdes e didáticos. Envolver as crianças com a comunidade e educar para inclusão.

Mas a educação não se esgota na infância, principalmente num mundo em constante desenvolvimento tecnológico. Assim, devemos também garantir oferta formativa de qualidade para todas as idades.

EDUCAÇÃO

- Articular com o Ministério da Educação a disponibilização complementar de recursos e apoios técnicos especializados, psicólogos, nutricionistas, terapeutas, serviço social, animadores, tradutores de Língua Gestual Portuguesa, materiais e serviços necessários ao melhor funcionamento da comunidade educativa;
- Integrar projetos de ligação entre as escolas, famílias e comunidade, valorizando a realidade sociocultural local e disponibilizando espaços municipais de natureza cultural, ambiental, artística, desportiva, acessível a todos/as;
- Promover o debate sobre o modelo educativo atual;
- Garantir, em articulação e complemento com o Estado Central, equipamentos de creche e educação pré-escolar de qualidade, conducentes à total cobertura de necessidades dos territórios, de forma acessível;
- Criar equipas multidisciplinares móveis, que numa ótica de partilha de recursos humanos, sejam constituídas por profissionais do Ministério da Educação e do Município, com recurso a mobilidade inter e intra-municipal, se necessário;
- Criar uma equipa concelhia, com elementos de agrupamentos/escolas, de serviços de psicologia, da autarquia, do tecido empresarial, do IEFP e de representantes do ensino profissional e voluntários para o desenvolvimento de estratégias conjuntas no âmbito da orientação escolar e profissional;

- Criar o programa “mãos na massa” que promove estágios diários, em modelo rotativo em várias empresas do concelho para alunos do secundário ao longo de todo o ano letivo;
- Promover o “Erasmus-In”, projeto de intercâmbio escolar dentro do país, em parceria com entidades e famílias locais, para o ensino secundário;
- Investir em oferta formativa nas áreas de economia verde, da economia circular, das energias renováveis e outras áreas fundamentais à sustentabilidade do planeta e da vida de todos os seres;
- Garantir a existência de aulas de programação e robótica nas escolas;
- Garantir o acesso a ofertas formativas em artes, através da implementação de um Programa Municipal de ofertas formativas, recorrendo a parcerias com escolas e outros Municípios ou através da criação de Escolas Intermunicipais de Artes;
- Garantir cursos de primeiros socorros no secundário e para professores e auxiliares, incluindo primeiros socorros para animais;
- Integrar projetos de inovação educacional com vista ao incentivo de uma transição para modelos educativos não assentes no manual escolar (ex: programa municipal mochila leve);
- Assegurar o transporte escolar para as atividades do Desporto Escolar, dos Clubes Escolares e outros projetos que envolvam a saída das/os alunas/os com periodicidade;
- Melhorar os acessos pedonais e outros meios suaves às escolas, com delimitação de rotas e percursos sinalizados, qualificados e vigiados;
- Incentivar a utilização de percursos pedonais e a mobilidade suave em vez da deslocação em automóvel familiar;
- Incluir nos critérios para a adjudicação do serviço de transporte escolar a garantia de menor emissão de gases com efeito de estufa e outras emissões poluentes das viaturas de transporte;
- Implementar o projeto “Faz Parte da Solução”, envolvendo a comunidade educativa no processo de recuperação dos edifícios e dos espaços exteriores;
- Investir no regresso das cozinhas e cantinas escolares integradas, capazes de oferecer uma alimentação nutricionalmente adequada, com alternativas inclusivas para todas e todos, integrando opções estritamente vegetarianas e outras necessidades alimentares;
- Garantir que na construção e remodelação dos equipamentos escolares os projetos de arquitetura asseguram soluções de segurança, bem-estar, saúde, oportunidades de exploração e vivência desportiva, bem como oportunidades de contacto com espaços verdes naturais;
- Promover um contacto regular das/os alunas/os de todas as escolas do Município com animais, desde a educação pré-escolar, através de visitas e sessões de voluntariado em associações zófilas locais e santuários;

- Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
- Dotar todas as escolas com ecopontos e compostores;
- Assegurar a disponibilização de um/a nutricionista por agrupamento de escolas;
- Estabelecer como objetivo a realização de, pelo menos, uma consulta de nutrição e outra de psicologia por ano letivo, para todas as alunas e alunos;
- Promover sessões mensais no âmbito da educação alimentar, junto das comunidades escolares e em conjunto com as famílias, asseguradas por nutricionistas;
- Priorizar a aquisição de alimentos, preferencialmente biológicos, aos produtores locais, como forma de contribuir para uma maior qualidade da alimentação nas escolas e simultaneamente para as atividades comerciais locais, dando assim cumprimento à lei 34/2019 e à Estratégia Europeia do Prado ao Prato;
- Assegurar a disponibilização nas escolas de uma refeição estritamente vegetariana e nutricionalmente equilibrada, nos mesmos moldes que a alimentação não vegetariana é oferecida;
- Desenvolver atividades que promovam o envolvimento das/os alunas/os na confeção das refeições;
- Assegurar a formação para funcionários das cantinas, em alimentação de base vegetal, nutricionalmente equilibrada;
- Garantir em qualquer contexto de oferta alimentar - como máquinas de vending, bares e outros - a existência de alimentos saudáveis e a inclusão de opções vegetarianas estritas;
- Estabelecer que os cadernos de encargos relativos à concessão do fornecimento de refeições por entidades externas devem, obrigatoriamente, assumir critérios mais sustentáveis;
- Desenvolver projetos que visem a formação básica em LGP para docentes, não docentes e comunidade em geral, bem como integrar projetos de aprendizagem LGP adaptada às crianças ouvintes;
- Utilizar, por semana, um dia útil das escolas para as atividades não-formais, relacionadas com as artes, o desporto, a natureza, o voluntariado, estabelecendo parcerias com o tecido económico, associativo, social, cultural e desportivo;
- Implementar práticas de relaxamento, mindfulness, filosofia com crianças, educação para os afetos e aprendizagem através da natureza;
- Apoiar e desenvolver projetos junto de produtores locais e com a comunidade escolar, de forma a proporcionar sessões temáticas relacionadas com a produção dos alimentos e criação de hortas nas escolas;

- Promover durante a época de férias escolares, o funcionamento de ateliês de tempos livres, associando programas de lazer e ações de solidariedade ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e de apoio a idosos;
- Promover as obras necessárias em todos os estabelecimentos escolares identificados com situações de carência.

EDUCAÇÃO PARA ADULTOS

- Apostar na formação contínua e requalificação/reorientação profissional de pessoas adultas, estimulando programas que incentivem a aprendizagem ao longo da vida;
- Promover uma Universidade Sénior;
- Criar o programa “Educar IN” - plano municipal de apoio aos pais na capacitação para a gestão educativa das/os educandas/os com necessidades especiais, através de parcerias com faculdades de psicologia e educação, e com o acompanhamento de técnicas/os municipais.

ENSINO SUPERIOR

- Construir mais residências universitárias realizando uma avaliação do custo por cama de diversas soluções como a Fábrica Confiança, antiga Escola Francisco Sanches, D.Luís de Castro, entre outras;
- Criar um programa de arrendamento acessível para estudantes ao nível municipal, que estabeleça limites aos valores de rendas, oferecendo alguns benefícios fiscais às/aos proprietárias/os;
- Converter imóveis públicos devolutos em alojamento para estudantes, com rendas enquadradas no valor das residências universitárias;
- Estabelecer parcerias com projetos de Alojamento Local, garantindo a disponibilização de algumas frações para o alojamento estudantil, a preços acessíveis e oferecendo benefícios fiscais ou apoios ao investimento;
- Apoiar programas de hospedagem de estudantes do ensino superior em casas de pessoas seniores, mediante o pagamento de uma contribuição simbólica, garantindo alojamento acessível, partilha intergeracional de experiências e combatendo o isolamento;
- Desenvolver plataformas municipais ou intermunicipais, em articulação com a plataforma nacional, que realizem o levantamento da oferta de alojamento estudantil, certificando as condições como dignas e as rendas acessíveis;
- Criar cooperativas de habitação para incentivar a partilha de espaços, de casa e de equipamentos (*coliving* e *cohousing*) numa aposta nos modelos cooperativos, colaborativos, comunitários e transformacionais;

- Assegurar o transporte público gratuito para as/os estudantes do ensino superior;
- Criar uma ligação rápida entre a estação rodoviária, ferroviária e Universidade;
- Aumentar o policiamento de proximidade no campus da Universidade do Minho;
- Uniformizar, em sede de PDM, a jurisdição policial no campus da Universidade do Minho;
- Realizar campanhas de entrega de ecopontos nas casas dos estudantes universitários;
- Promover as “Universidades de Verão Municipalizadas”, criando laços entre estudantes de ensino secundário e instituições de ensino superior;
- Promover um programa de estágios de verão municipais, no público e privado, para estudantes do ensino superior;
- Implementar as Semanas Municipais da Juventude, aumentando o contacto das/os alunos do ensino secundário com ex-alunas/os;
- Disponibilizar serviços de psicologia gratuitos a estudantes universitários (gestão de stress, ansiedade, aconselhamento e orientação);
- Garantir o acesso gratuito de estudantes de ensino superior a museus, arquivos e espaços culturais, mediante apresentação do cartão de estudante universitária/o.

CULTURA

- Criar uma incubadora de artistas de forma a garantir o acesso a materiais de diversas artes, formações e troca de experiências;
- Criar um programa de residências artísticas para novos artistas em espaços culturais da cidade e ao ar livre;
- Criar “feiras” culturais destinadas a dar a conhecer as culturas de outros países, com especial foco nas comunidades migratórias de maior expressão no concelho;
- Promoção de eventos culturais em espaços naturais, com atenção ao número de participantes;
- Garantir o acesso, de modo equitativo ao ensino das artes;
- Fixar agentes culturais locais com vista a existir uma maior proximidade e compreensão perante os públicos e os/as criadores/as, como por exemplo através da criação de residências artísticas intermitentes;
- Criar uma bolsa de parcerias individuais e institucionais de forma a promover a ligação da comunidade a um programa de desenvolvimento de competências na área cultural e artística;
- Criar uma rede intermunicipal de valorização cultural/artística de ensino/aprendizagem vocacionada para estas áreas;

- Criar um Centro Cultural, de preferência na Fábrica Confiança;
- Promover a disponibilização de audiobooks, livros e revistas transcritos para braille na biblioteca municipal;
- Garantir que todos os eventos apoiados pela Câmara Municipal, quando se justifique, tenham intérprete de Língua Gestual Portuguesa;
- Garantir a existência de espaços de partilha cultural em todas as freguesias, por exemplo, auditórios e salas de leitura;
- Fomentar a formação de grupos artísticos em todas as freguesias: teatro, dança, música, pintura, escultura etc;
- Criar uma plataforma municipal de partilha de livros;

SAÚDE, BEM-ESTAR E REALIZAÇÃO PESSOAL

Quando falamos de doenças não estamos a falar apenas de números, mas de pessoas e famílias, de segurança, bem-estar, felicidade e realização. Sabendo o PAN que a saúde é a base da vida, constitui esta uma área transversal a todos os domínios e, como tal, esta dimensão deve ser integrada nas diversas decisões e políticas públicas. O PAN defende o reforço de um serviço público de saúde eficiente, de qualidade e acessível a todas/os, que valorize os contextos de saúde e os seus profissionais, que inclua respostas preventivas e atempadas em saúde mental, reforce as equipas de intervenção comunitária e de intervenção em crise psicológica e atue na promoção da qualidade nutricional das populações.

Entendemos a saúde como um recurso que exige literacia, um compromisso e responsabilidade individual e coletiva, uma ação preventiva consistente e a auscultação participada de todos os setores e grupos sociais na sua definição e implementação.

Aplicando o princípio da melhor evidência científica disponível, a visão do PAN assenta na promoção da saúde e na prevenção da doença, e não no modelo atual de "pensos rápidos" que não resolvem a crise estrutural do SNS nem os problemas de saúde da população a médio e longo prazo.

Sabendo que a maioria dos recursos do sistema nacional de saúde são aplicados em doenças não transmissíveis, preveníveis através da adoção de hábitos saudáveis, e que estas constituem as principais causas de morte e morbilidade, a prioridade da política de saúde deve passar por desenvolver medidas capazes de reduzir ao máximo doenças causadas pelo estilo de vida, combatendo e mitigando os fatores de risco como a alimentação desadequada, sedentarismo, tabagismo, alcoolismo, stresse e exposição a poluentes ambientais.

- Estabelecer como objetivo a redução de doenças causadas pelo estilo de vida e aumento da esperança média de vida com qualidade;

- Criar espaços de utilização pública livre, com condições e equipamentos adequados para a prática desportiva, distribuídos de forma equitativa e com segurança pelo Município;
- Estabelecer protocolos entre os equipamentos escolares e os equipamentos desportivos, permitindo uma vivência e oportunidade alargada de experimentação das várias modalidades desportivas por todas/os as/os estudantes;
- Promover práticas de atividade física nos contextos laborais;
- Promover eventos desportivos amadores entre freguesias e concelhos vizinhos, com especial foco no fair-play e socialização intercomunitária.
- Garantir que as empresas públicas e/ou apoiadas pelo estado têm sempre opções vegetarianas disponíveis nos refeitórios, bares, e máquinas de venda automática;
- Disponibilizar consultas de nutrição, presencialmente e por videochamada, através do gabinete municipal de saúde;
- Disponibilizar consultas de psicologia, presencialmente e por videochamada, através do gabinete municipal de saúde;
- Criar um programa formativo de alimentação saudável para populações de risco e outro para crianças em parceria com as escolas, através do gabinete municipal de saúde, em parceria com as instituições de ensino e ACES;
- Disponibilizar a dieta vegetariana nos estabelecimentos públicos, exatamente nos mesmo moldes das dietas de carne e peixe e não num regime excecional;
- Criar um projeto de acompanhamento de pessoas em risco de doenças causadas pelo estilo de vida, incluindo obesidade, por parte de equipas multidisciplinares compostas por nutricionistas, profissionais do exercício físico e psicólogos em articulação com o ACES;
- Eliminar carnes processadas e vermelhas das cantinas públicas devido aos nefastos impactos na saúde e ambiente;
- Promover a eliminação progressiva de alimentos ricos em açúcares adicionados, gordura trans-saturada e saturada nos refeitórios, bares e máquinas de venda automática em equipamentos escolares municipais;
- Promover um plano municipal de formação de profissionais de cozinha para a confeção de pratos saudáveis e para a cozinha vegetariana;
- Criar portais municipais (roteiros) que divulguem os restaurantes que cumpram critérios de alimentação saudável;
- Promover ações de informação na comunidade sobre a relação dos padrões e hábitos de consumo alimentar com o risco de doença e perda de qualidade de vida;
- Estabelecer protocolos com o tecido académico para a realização de projetos na área da saúde, visando a inovação, a investigação e novas visões para as políticas de saúde, em função das problemáticas identificadas na comunidade;

- Estabelecer em parceria com a academia e os ACES um estudo piloto para a reversão da diabetes através da adoção de hábitos de vida saudáveis;
- Apoiar a digitalização dos serviços de saúde;
- Pugnar junto do estado pela integração de psicólogos/os e nutricionistas nas unidades de saúde de cuidados primários;
- Criar Bancos de Leite Materno;
- Promover sessões de apresentação e esclarecimento sobre todos os aspetos jurídicos, apoios, direitos e deveres no período da gravidez, prestadas pelo departamento jurídico municipal;
- Criar e divulgar a consulta da/o adolescente nas unidades de saúde;
- Promover sessões de educação para a saúde nas escolas, com articulação entre as escolas e as unidades de saúde;
- Distribuir gratuitamente copos menstruais em consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.
- Elaborar planos de prevenção e resposta a situações/ameaças pandémicas, em parceria com as unidades de saúde;
- Garantir respostas de tradução e interpretação em LGP em todos os serviços e respostas públicas, com ênfase nos serviços de saúde;
- Incluir critérios de promoção da saúde no planeamento do urbanismo do concelho;
- Elaborar uma estratégia municipal para o envelhecimento ativo e saudável;
- Garantir a oferta de formação para cuidadores informais;

DIREITOS SOCIAIS

Temos ainda um longo caminho pela frente no que toca à erradicação da pobreza, da desigualdade de género, discriminação, xenofobia, racismo e especismo.

Quando chegou um vírus “desconhecido” (mas expectável pela comunidade científica), fomos confrontadas/os com as vulnerabilidades de uma sociedade onde muitas vezes não respeita o próximo (humano e não humano), nem o Planeta. Décadas de investimento e progresso humanitário perdidas com a urgência de tomar medidas para evitar a propagação da doença, colocando em risco até direitos humanos que pensávamos serem hoje irreversíveis.

Assistimos, entre outros, a liberdades e direitos profundamente restringidos, vítimas encerradas com os seus abusadores, crianças sem acesso a qualquer apoio e xenofobia exacerbada

Assim, quando a crise se instalou agravou as fraturas existentes e atingiu com mais força as largas franjas da população que já não tinha como aceder aos alegados “benefícios da evolução”.

As Autarquias Locais (Município e freguesias) têm um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos humanos, com uma responsabilidade acrescida pela descentralização em curso. Por outro lado, acreditamos que os direitos humanos incluem uma cidadania ativa que terá de ser incentivada e mobilizada, cabendo também à autarquia criar instrumentos facilitadores através, por exemplo, de plataformas digitais, de sessões públicas, sessões de participação e inquéritos, de forma a identificar os problemas e as aspirações da população, podendo assim concretizar-se como uma governação democrática, representativa e inclusiva.

- Elaborar a Estratégia Municipal de Combate à Pobreza;
- Garantir que o Município ou a entidade gestora (municipal ou não) adere à atribuição automática da tarifa social da água, prevista no Decreto-lei n.º 147/2017, permitindo-se o desconto a todas as pessoas com carências económicas comprovadas;
- Criar uma linha de atendimento de aconselhamento jurídico;
- Criar um Fórum Jovem e um Fórum Criança, com o objetivo de dotar as crianças e jovens das ferramentas necessárias para exercer uma cidadania ativa, para aprender a fazerem-se ouvir e a ouvir os seus pares, defendendo aquilo em que acreditam;
- Adotar linguagem escrita e visual promotora da igualdade de género (não discriminatória em função do sexo/género) em todos os documentos emitidos pelos serviços autárquicos;
- Promover ações de formação obrigatórias na área da igualdade e não discriminação nas suas várias vertentes, para profissionais dos quadros autárquicos e outros/as cuja função seja de elevado interesse para o Município;
- Dinamizar ações de sensibilização junto da comunidade escolar, de empresas e de instituições relativas à temática da igualdade, da igualdade de género, de violência doméstica, sobreposição de discriminações e respeito pela diversidade existente na sociedade;
- Atribuir ao nome de uma rua de Braga a designação de “Rua das Mulheres de Braga”, no sentido de dar visibilidade pública ao Combate à Violência Doméstica;
- Elaborar um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, de acordo com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND);
- Desenvolver um programa municipal específico de combate às práticas nefastas, nomeadamente mutilação genital feminina (MGF) e casamentos/uniões precoces, infantis e forçados, envolvendo a comunidade, as organizações não governamentais, os líderes religiosos e a academia;

- Garantir que as habitações atribuídas às vítimas/sobreviventes de violência doméstica e de género permitem a permanência de animais de companhia;
- Investir em centros de apoio à vítima e na criação de salas de atendimento especializado de apoio às vítimas de violência doméstica e de género e abuso sexual;
- Desenvolver um programa municipal de ações de formação, em articulação com diversas entidades, como o ACES, de apoio a cuidadores/as formais e informais de pessoas idosas;
- Criar um grupo de trabalho que faça o estudo e mapeamento da solidão nos diversos grupos etários, para posterior elaboração de um conjunto de medidas de combate à solidão;
- Elaborar o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais, dando corpo à territorialização prevista na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) «Portugal + Igual», publicada em Diário da República (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio);
- Instar o Município a aderir à Rede de Cidades Arco-Íris, assumindo a sua responsabilidade no combate à discriminação da comunidade LGBTQIA+;
- Implementar programas específicos de intervenção educacional para comunidade escolar que visem criar uma medida de apoio e empoderamento da população LGBTQIA+ do Município em idade escolar, entre professores/as e alunos/as do 1º ao 12º ano;
- Realizar campanhas de esclarecimento das famílias sobre as questões LGBTQIA+ na busca de prevenir e erradicar o preconceito e a violência contra crianças LGBTQIA+;
- Criar infraestruturas de desporto adaptado e realização das obras necessárias para que em todos os equipamentos existentes (municipais e privados) seja possível o acesso e a frequência por pessoas com deficiência(s) e/ou diversidade funcional;
- Elaborar um estudo no Município para compreender a organização do sistema da prostituição, as motivações, as necessidades, as vulnerabilidades e as condicionantes;
- Elaborar, em conjunto com organizações não governamentais e com a academia, um conjunto articulado de respostas de apoio à saída;
- Promover acompanhamento jurídico gratuito para as vítimas, nomeadamente no que respeita aos crimes de proxenetismo, lenocínio, tráfico de seres humanos, maus tratos e ofensas à integridade física;
- Aumentar a capacidade municipal de acolhimento de refugiados e migrantes, para que Portugal no seu conjunto possa receber mais pessoas;
- Garantir a possibilidade de recorrer a intérpretes de Língua Gestual Portuguesa em todos os serviços públicos do Município;
- Promover o ensino da Língua Gestual Portuguesa nas escolas;

- Desenvolver planos municipais para a integração de pessoas com deficiência;
- De forma a promover o debate, consulta e informação entre associações, instituições e autarquia, apoiamos a recuperação do Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência com carácter trimestral/semestral;
- Promover respostas de apoio de descanso, “Time off” para cuidadoras/es informais;

BEM-ESTAR ANIMAL

A proteção e o bem-estar animal atingiram um patamar de relevo nas sociedades contemporâneas. Partilhamos a nossa existência com uma multiplicidade de animais. No entanto, nem sempre é fácil harmonizar os diferentes interesses, sobretudo numa sociedade onde predomina uma visão marcadamente antropocêntrica e onde a atividade humana tem consequências extremamente relevantes na existência e na continuidade das outras espécies.

A dignidade dos animais não humanos, designadamente no que toca ao seu interesse à vida e à integridade física e emocional, tem vindo a ganhar relevância e a ser reconhecida de forma transversal nos mais diversos setores da sociedade.

Embora de forma tímida, tem havido um esforço - muito por iniciativa do PAN e aceitação da sociedade civil - para se abandonar uma posição marcadamente sanitarista, para assumir hoje um papel de maior destaque e de garante de políticas relacionadas com o bem-estar e saúde animal.

Seja no domínio dos animais de companhia, dos animais errantes ou abandonados - que se estende aos animais de pecuária, selvagens ou exóticos - da fauna local ou dos animais utilizados nas diferentes áreas do entretenimento, ou com fins económicos, as autarquias devem guiar-se por princípios agregadores do respeito pelos animais, sobretudo na convergência das diferentes políticas orientadoras, sejam elas de âmbito social, económico, cultural, comercial, desportivo, ambiental e até urbanístico.

Fenómenos como os maus-tratos, o abandono, o acorrentamento, a reprodução descontrolada de animais de companhia, inclusive dos denominados animais de quinta ou de pecuária, a falta de condições de alojamento em que são mantidos, a detenção irresponsável de animais selvagens ou exóticos, as perdas de habitat, entre muitas outras realidades, devem ser eficazmente combatidas.

Em Braga, ainda há muito para fazer em matéria de bem-estar animal. Um concelho que se diz referência na causa animal, mas fica muito aquém nas campanhas de sensibilização, esterilização e adoção. Dizem-se referência na causa animal, mas mantêm um gatil sem condições, onde os animais mal se podem mexer 24h por dia, 365 dias por ano. São referência na causa animal, mas impediram os voluntários de entrar no canil e dar melhores condições aos animais durante 1 ano. São referência na causa animal, mas nunca adotaram uma única medida em relação ao bem-estar dos animais da pecuária, pelo contrário, promovem a reprodução e abate de animais para consumo, até na Quinta Pedagógica.

O PAN é o único partido em Braga com uma visão integrada da promoção do bem-estar animal e também aqui nos comprometemos a tornar o concelho mais progressista.

- Criar uma oferta pública de cuidados médico-veterinários acessíveis e/ou gratuitos no centro de recolha oficial;
- Contratação de mais médicos-veterinários, criando uma equipa em exclusividade no CROA;
- Garantir que os funcionários do CROA têm formação em tratamento animal;
- Estabelecer programas de apoio aos animais de companhia de pessoas em especial situação de vulnerabilidade social e económica, geridos pela Autarquia ou em parceria com as associações zoófilas locais, que permitam assegurar a alimentação dos animais, a prestação de cuidados básicos, como o plano de vacinação, cuidados de saúde e higiene animal;
- Assegurar a revisão dos Planos de Contingência Municipal (nomeadamente contra o frio), de proteção civil ou de estratégia de intervenção, visando a inclusão dos animais das pessoas em situação de sem-abrigo e permitindo o acesso dos animais aos espaços existentes, sejam de acolhimento temporário ou casas-abrigo;
- Realizar campanhas de esterilização anual, possibilitando a esterilização dos animais de companhia detidos pelos munícipes que comprovem ter dificuldades financeiras e ainda dos animais errantes ou abandonados do concelho ou que se encontrem à guarda ou sob a responsabilidade das associações zoófilas;
- Realizar campanhas de sensibilização da população para os benefícios da esterilização animal, com vista a prevenir o flagelo do abandono e a reprodução descontrolada de animais de companhia;
- Dar resposta à problemática do aumento de colónias de gatos silvestres e assilvestrados através dos programas CED – Capturar, Esterilizar e Devolver, utilizando e suplementando as verbas destinadas às Autarquias pelo Orçamento Geral do Governo e reforçando a sua implementação;
- Fornecer a alimentação para as colónias envolvidas no programa CED
- Colocar chip aos animais envolvidos no protocolo CED, em nome do Município;
- Criar um sistema de geo-referenciação das colónias intervencionadas;
- Proceder à alteração dos Regulamentos ou Posturas municipais que proíbam a alimentação de animais, nas vias e demais lugares públicos, permitindo a sua alimentação, nomeadamente a dos animais das colónias controladas ao abrigo do programa CED, salvaguardando sempre a salubridade dos locais definidos para o efeito e que a alimentação seja feita através de alimento seco e adequado à espécie;
- Criar uma rede de bebedouros, dispensadores de comida e abrigos para os animais existentes na cidade, particularmente cães e gatos comunitários;
- Realizar estudos de investigação em parceria com instituições de ensino, para desenvolvimento do conhecimento sobre os animais existentes na cidade e preservação dos seus habitats;

- Estabelecer equipas técnicas multidisciplinares para reforço da fiscalização no que respeita à proteção e bem-estar animal, como forma de prevenção de crimes contra animais;
- Assegurar a não realização de feiras e espetáculos com animais selvagens no concelho, bem como das atividades que visem a exploração económica de animais para fins turísticos e recreativos;
- Deixar de abater pombos como método de controlo populacional;
- Implementar uma rede de pombais contraceptivos com o devido acompanhamento médico-veterinário com vista ao controlo da população de pombos na cidade;
- Criar parques de matilhas vedados e controlados, não só como meio de controlo populacional, como para zelar pela sua segurança e bem-estar;
- Criar um gatil municipal que garanta as condições de bem-estar físico e psicológico dos animais;
- Criar um Fundo de Proteção Animal Municipal que arrecade parte do produto das coimas aplicadas em matéria de proteção animal. Este fundo deve ser aplicado na fiscalização do bem-estar animal, promoção e execução de programas relacionados com o bem-estar animal e realização de ações de sensibilização e educação;
- Criar um plano de ação que sirva como guia aos munícipes que se deparem com um animal errante ou em situação de possível abandono na via pública, que descreva as alternativas a tomar caso o CROA se encontre em estado de sobrelotação. Igualmente, deve contemplar instruções dos procedimentos a realizar em caso de testemunho de maus-tratos;
- Assegurar que todas as associações zoófilas presentes no Município tenham pelo menos um leitor de microchips;
- Promover o acesso e tratamento veterinário a pombos e rolas em qualquer centro veterinário, desde que tenha competências para esse efeito;
- Abrir a ambulância animal para os animais de estimação da população;
- Garantir a presença de um enfermeiro veterinário na ambulância animal e a formação adequada de todos os envolvidos;
- Transformar a Quinta Pedagógica num centro de recolha de animais de pecuária vítimas de maus tratos ou abandonados;
- Terminar com a reprodução e abate de animais para consumo na Quinta Pedagógica;
- Facilitar o acesso de animais de companhia nos TUB;
- Garantir que a figura do Provedor Animal detém competências, na mesma forma, para animais de companhia e de pecuária;

- Promover um Programa Municipal de educação para o bem-estar animal, em colaboração com os estabelecimentos de ensino, as empresas e as organizações não governamentais e equiparadas e associações zoófilas existentes no Município;
- Promover um programa de combate ao acorrentamento de animais de companhia;
- Assegurar a existência de um Centro de Recolha para Animais Selvagens (CRAS), ou estabelecer protocolos com Centros já existentes;
- Eliminar qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou a cedência de outros benefícios ou isenções, à caça;
- Promover a realização municipal de censos e monitorização das espécies sujeitas a exploração cinegética, com o objetivo de avaliar o estado de conservação das populações;

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Para o PAN, uma Autarquia quer-se próxima dos cidadãos e cidadãs, o que se alcança com a implementação de políticas que alterem para melhor o quotidiano das populações, mas também com uma seleção de eleitos verdadeiramente disponíveis para conhecer as expectativas e anseios das pessoas e para, a partir delas, levar a cabo uma governação transparente e que envolva todos.

Para nós é muito claro que a Autarquia deve estar ao serviço dos munícipes e não o inverso, pelo que a proposta de gestão que fazemos para as Autarquias assenta em cinco princípios que visam colocar o cidadão/ã no centro da ação política: proximidade aos munícipes, prestação de um serviço público diferenciado, definição de uma cultura de exigência na gestão dos recursos públicos, promoção de boas relações institucionais e funcionamento eficiente e plural dos órgãos locais.

O executivo bracarense insiste em não ouvir a população. As consultas públicas são divulgadas cumprindo apenas os mínimos legais. A opinião dos cidadãos não é valorizada e é muitas vezes ridicularizada. Da gestão do arvoredo aos resíduos, da mobilidade à poluição, do bem-estar animal às obras públicas... o executivo planeia e executa com sobrançeria, com pouca transparência e democraticidade.

- Criar uma Assembleia de Cidadãos na qual estes podem debater assuntos relacionados com o concelho e emitir pareceres;
- Criar um gabinete municipal e de um Programa de combate e prevenção da corrupção e reforço da transparência;
- Formação de uma equipa independente a nível político que possa criar relatórios de eficiência dos sistemas propostos, bem como servir de auxílio às entidades de auditoria

e fiscalização e ainda propor e implementar mecanismos de transparência passiva e activa.

- Instituir uma política de proximidade aos cidadãos, com a implementação de práticas facilitadoras do contacto e potenciadoras da participação cidadã, como a definição de um dia semanal de contacto com a população ou a instituição de referendos locais para matérias de reconhecido interesse municipal que sejam estruturantes para a área geográfica;
- Envolver o Movimento Associativo na gestão do Município através da criação de conselhos municipais que funcionem em matérias estruturantes para o concelho, aproximando os/as executivos/as das associações, nomeadamente as de desenvolvimento local, na construção e definição de políticas públicas locais;
- Criação do Portal da Transparência que enquadre e discipline a atividade de lobbying junto dos órgãos municipais, assegurando a criação de um Registo Municipal de Transparência de Representação de Interesses e de Lobbies, assim como um mecanismo de pegada legislativa municipal, que, relativamente a todas as propostas apresentadas ou apreciadas no âmbito dos órgãos municipais, identifique todas as consultas ou interações que influenciaram o conteúdo final da proposta;
- Alargar as valências do Balcão Único do Município de Braga;
- Criar um novo site, actualizado à tecnologia do momento, com todas as informações relevantes do município;
- Garantir a divulgação atempada de informação institucional relevante, como seja a calendarização das reuniões camarárias, a publicitação dos documentos que irão ser submetidos à deliberação dos órgãos da Autarquia e respectivas votações, bem como as atas das reuniões e pareceres referentes às propostas;
- Permitir a inscrição nas reuniões públicas à distância pelo público, bem como participação, e criação de um repositório digital com as mesmas;
- Pugnar pelo cumprimento escrupuloso da lei do direito de oposição, com a valorização dos contributos da oposição;
- Garantir condições de funcionamento pleno, como sejam dignificar o trabalho dos/as eleitos/as locais, garantindo que têm recursos humanos e técnicos para apoiar nas tarefas municipais, garantindo espaço próprio para a sua independência e que os Grupos Municipais e os/as seus/suas eleitos/as dispõem de verba condizente para contratação de assessoria técnica especializada;
- Garantir a divulgação, no sítio do Município, das propostas acolhidas pelo Executivo Municipal que sejam da autoria da oposição;
- Instituir um sistema de notificação automática de todos os atos administrativos, regulamentos administrativos dirigidos aos/às cidadãos/ãs, bem como da abertura da fase de participação pública, e ainda a divulgação de atividade da A.M através da uma newsletter bimestral aos subscritores.

- Convidar as associações, incluindo associações de estudantes, a assistirem e participarem nas assembleias municipais, concedendo-lhes tempo para intervir;
- Divulgar no sítio do Município os elementos relativos ao registo de interesses dos/as titulares de cargos políticos nos órgãos municipais e dos dirigentes dos serviços do Município, nos termos exigidos pela Lei n.º 52/2019, de 31 de Julho;
- Assegurar que a documentação institucional do Município se encontra em formato aberto e pesquisável, de modo a ser mais acessível aos/às munícipes;
- Limitar a utilização de propaganda institucional;
- Criar, no site do Município, uma página com a informação de todos os apoios concedidos a entidades públicas e privadas, incluindo isenções fiscais;

PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA

Em relação à segurança e proteção civil no concelho, a autarquia deverá assumir um papel ativo na criação de infraestruturas, fornecimento de materiais e formações necessárias ao garante das funções atribuídas de modo a salvaguardar o bem-estar dos cidadãos, dos animais e a proteção ambiental.

- Incluir o socorro animal na lógica de atuação da proteção civil;
- Acompanhar a possível deslocalização de estruturas da protecção civil e assegurar que as mesmas se situam em locais apropriados para o efeito;
- Garantir a intervenção psicossocial às populações e aos agentes de protecção civil em contexto de catástrofe ou acidente;
- Assegurar a educação e formação para a proteção civil;
- Elaborar um regulamento de reconhecimento do trabalho do Bombeiro Voluntário e promover a garantia de possibilidade de fazerem carreira enquanto bombeiros/as profissionalizados/as. No que diz respeito aos Bombeiros Sapadores é fundamental que a Câmara Municipal resolva os obstáculos relativos às progressões e aos respectivos regulamentos internos, com vista à valorização destes profissionais;
- Promover e apoiar a existência de Equipas de Intervenção Permanente, comparticipando os seguros de acidentes de trabalho e os custos da aquisição de equipamento;
- Equipar os bombeiros de materiais necessários ao resgate e salvamento de animais, como as máscaras de oxigénio para animais, equipamentos para transporte, entre outros;
- Garantir formação especializada de socorro a animais selvagens ou silvestres para os/as agentes de protecção civil municipal (bombeiros/as, elementos das Unidades Locais de Proteção Civil e eventualmente a outros/as agentes de proteção civil, em articulação com o serviço médico-veterinário);

- Formar e equipar os agentes de Proteção Civil: a ação formativa do Município deve ser igualmente extensível a todos os/as agentes de proteção civil presentes no território (forças policiais, bombeiros/as, Unidades Locais de Proteção Civil) assegurando que todos/as os/as intervenientes da proteção civil tenham formação em suporte básico de vida para pessoas e animais e estejam equipados/as com desfibriladores automáticos externos.

TRANSIÇÃO ECONÓMICA

A crise provocada pela pandemia veio acentuar as fortes desigualdades económicas e expor as fragilidades do modelo atual, já evidenciadas pela emergência climática causada pelo extrativismo-produtivismo e consumismo desenfreado.

Para o PAN é muito claro que não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta. É por isso que defendemos que todas as propostas económicas têm de ter como pano de fundo uma garantia de sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, critérios de justiça social, intergeracional e de transparência, que fomentem o uso eficiente de recursos.

A aposta tem de passar pela preservação da biodiversidade e pela construção de pacotes de recuperação económica pós-pandemia centrados nos investimentos verdes, como as energias renováveis, a eficiência energética, a definição de requisitos ambientais nas compras públicas, a oferta de transportes públicos e investimentos e políticas guiados pelos princípios de produção e consumo sustentáveis. Precisamos de assumir o compromisso com a transição para uma economia neutra em carbono - a chave para um futuro resiliente e sustentável.

Nesta perspetiva, e numa altura em que os Municípios serão chamados cada vez mais a assumir um papel que foi, até há bem pouco tempo, uma incumbência do Poder Central, o PAN alicerça a sua proposta na promoção de uma economia local ambientalmente sustentável, socialmente justa e transparente.

Em Braga, o crescimento económico tem sido sem planeamento contribuindo para o alargamento do fosso da desigualdade e degradação ambiental. O PAN não se revê nesta visão e defende, sim, a promoção da economia local, que deve seguir critérios de sustentabilidade ambiental, mitigação e adaptação às alterações climáticas, preservação dos ecossistemas e biodiversidade e de justiça social.

- Criar um *hub* de tecnologias verdes no concelho;
- Estabelecer a sustentabilidade como critério principal para o fomento de projetos através da InvestBraga;
- Criação do cheque-bebé em parceria com o comércio local;

- Criar o Gabinete “Investir Positivo”, um gabinete de captação de investimento em áreas entendidas pelo PAN como estratégicas, como sejam as das alterações climáticas, da tecnologia, da mobilidade e da alimentação;
- Criar igualmente um Balcão de Apoio a candidaturas aos fundos comunitários existentes, que disponibilize apoio especializado e gratuito. Simultaneamente, disponibilizar no sítio da Câmara Municipal informação sobre a matéria, nomeadamente, fundos disponíveis e critérios e requisitos de acesso;
- Criar o Espaço Reutilizar +, um armazém municipal que funcionará como plataforma de consciencialização para a reutilização e que receberá produtos usados que ainda tenham utilidade, fazendo a sua gestão para que possam ser levantados por quem deles necessite;
- Rever o regulamento do Mercado Municipal;
- Organizar a feira anual “Viva o Próximo!”, com workshops e espaços de mentoria, inteiramente dedicada à partilha de conhecimento e experiências naquelas áreas, isentando as entidades presentes no evento de quaisquer taxas e possibilitando, através da bilhética, o seu financiamento;
- Criar campanhas de defesa do consumo de produtos locais, sazonais e biológicos, a serem levadas às escolas do concelho e divulgadas nos principais meios de comunicação locais e nos canais de comunicação da Autarquia;
- Assegurar que os eventos institucionais contemplem serviço de catering contêm produtos locais, através da consagração dessa exigência no caderno de encargos;
- Promover mecanismos de escoamento como a criação do Gabinete Municipal de Combate ao Desperdício Municipal, que irá articular com os produtores locais e com as cantinas públicas medidas de escoamento de produtos em fim de vida;
- Isentar de taxas, nomeadamente as devidas para efeitos de afixação, inscrição, instalação e difusão de mensagens de publicidade e de ocupação do espaço público, durante o primeiro ano, as micro e pequenas empresas que se instalarem no concelho e, simultaneamente, fazer uma revisão em baixa dos valores devidos às empresas já implantadas no concelho;
- Conceder apoios às PME locais para a implementação de teletrabalho como meio para a harmonização da vida familiar e, simultaneamente, como ferramenta para a descarbonização;
- Atribuir incentivos de fixação às indústrias ligadas à transição energética, às energias renováveis, à mobilidade sustentável, à alimentação sustentável e à promoção da economia circular;
- Criar uma estratégia intermunicipal de turismo.

É por tudo isto que Braga precisa de uma alternativa verde!